



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	10729/2022
Data do Início	26/07/2022
Folha	
Rubrica	

REF: Recurso da empresa LUX MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA referente ao Pregão Presencial 02/2022-SMS

À Secretaria Municipal de Saúde,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **LUX MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

RECURSO contra a decisão da pregoeira que, com base na análise da secretaria requisitante inabilitou a empresa **LUX MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, o presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente contesta a sua inabilitação sob as seguintes alegações, resumidamente:

1- ALEGA INCORRETA ANÁLISE QUANTO AOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

1- DA ALEGAÇÃO DA INCORRETA ANÁLISE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA APRESENTADO.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Em análise das razões apresentadas, a recorrente alega que seu atestado não foi analisado de acordo com o estabelecido pelo instrumento convocatório, nesse sentido, cabe uma breve análise da Lei nº 8.666/93, especificamente do artigo 30, II da Lei 8666/93 que entre outros aspectos, estabelece que a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se a mesma detem conhecimento, experiência tanto na parte técnica quanto na parte humana, que sejam consideradas suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado, senão vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Diante disso, podemos concluir que a comprovação da qualificação técnica guarda relação direta com o objeto da licitação, motivo pelo qual inclusive a secretaria requisitante é a responsável pela elaboração do texto integrante do instrumento convocatório, uma vez que detém conhecimento técnico para tal.

Superadas as informações básicas a respeito do tema abordado pela recorrente, como o apontado versa sobre temas que não cabem a esta especializada, o mesmo deve ser analisado exclusivamente pela Secretaria requisitante.

IV – DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrrazões, nenhuma empresa apresentou manifestação

V – CONCLUSÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Mediante o exposto, e toda fundamentação narrada nos autos do processo, uma vez que o caso concreto versa sobre uma análise técnica, solicitamos a análise da Secretaria requisitante, e após o encaminhamento para D. Procuradoria.

Em 01/08/2022.

GUSTAVO SANTANA
MAT. 111.410

MARIA TRAVASSOS
MAT. 111.813

DE ACORDO

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira